

-----**ACTA 2/2010**-----

-----**Da Reunião Ordinária de 18 de Janeiro de 2010**-----

-----Aos dezoito dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e dez nesta cidade de Almeirim e na Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Almeirim, encontrando-se presente a Assistente Administrativa, Maria João André Escrevente, compareceram para a reunião de hoje, os membros da Câmara Municipal deste concelho, os Senhores:-----

-----Presidente da Câmara, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes e Vereadores Pedro Miguel César Ribeiro, Francisco Manuel Maurício do Rosário, José Carlos da Silva, Maria Emília Castelo Arsénio Botas Moreira e Maria de Fátima Rodrigues Pina Cardoso.-----

-----Sendo quinze horas assumiu a presidência o Senhor Presidente da Câmara, após a que os restantes autarcas tomaram os seus lugares, tendo aquele declarado aberta a reunião.-----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----O Senhor Presidente perguntou se algum dos Autarcas queria intervir no período Antes da Ordem do Dia.-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício usou da palavra e disse:" Sugiro que os portões da Câmara que dão acesso ao parque de estacionamento, fiquem abertos ao fim de semana".-----

-----O mesmo Autarca perguntou se o Senhor Vereador Pedro Ribeiro, é que despacha as obras particulares, quando e de que forma lhe foram delegadas as competências.-----

-----O Senhor Presidente esclareceu, que já foram delegadas as competências, nomeadamente no Senhor Vereador Pedro Ribeiro, oportunamente serão distribuídas.-----

-----O Senhor Vereador José Carlos disse que os técnicos já vieram à Autarquia a fim de programar o sistema, para permitir que o portão não feche ao fim de semana, contudo houve uma avaria, e neste momento não está a funcionar.-----

-----O Senhor Presidente deixou a seguinte sugestão:"Que a cantina onde funcionava o jardim de infância número dois, a funcionar nas antigas instalações da Biblioteca Municipal, junto ao edifício das Escolas Velhas, seja disponibilizada para ocupação da Associação do Património Histórico Cultural do Concelho de Almeirim".-----

-----O Executivo concordou.-----

-----O Senhor Presidente propôs a introdução na Ordem de Trabalhos relativa a Alteração do Tarifário da Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos, ao que o Executivo concordou.-----

-----**PERIODO DA ORDEM DO DIA**-----

-----**OBRAS PARTICULARES**-----

-----PROJECTOS DE ARQUITECTURA - O Senhor Presidente informou o Executivo dos despachos de deferimento de Arquitectura que fez, ao abrigo da delegação de competências: Célia da Conceição Simões Filipe Borrego, cento e dezasseis; Suse Isabel Florêncio Evangelista, cento e vinte e três, ambos de dois mil e nove.-----

-----PROJECTOS DE GLOBALIDADE - O Senhor Presidente informou o Executivo Municipal dos despachos na globalidade que fez, ao abrigo da delegação de competências: Margarida Lucas Marraneco Caetano, setenta e oito; José Alberto Cardoso Vicente, oitenta e oito, ambos de dois mil e nove.-----

-----**OBRAS MUNICIPAIS**-----

-----ADJUDICAÇÃO DEFINITIVA DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DE PISTA DE ATLETISMO NO PARQUE DESPORTIVO DE ALMEIRIM APOS AUDIENCIA PRÉVIA

-----O Senhor Presidente apresentou a proposta relativa à Construção de Pista de Atletismo no Parque Desportivo Municipal de Almeirim, do seguinte teor:-----

-----"Na sequencia do Relatório Final apresentado pelo Júri de Procedimento, e em cumprimento do artigo cento e quarenta e oito, número quatro, do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto Lei número dezoito de dois mil e oito, de vinte e nove de Janeiro, conjugado com a alínea q) do número um do artigo sessenta e quatro da Lei cento e sessenta e nove de noventa e nove, de dezoito de Setembro na redacção introduzida pela Lei cinco A de dois mil e dois, de onze de Janeiro, proponho a aprovação do presente Relatório, bem como, a consequente adjudicação da empreitada "CONSTRUÇÃO DE PISTA DE ATLETISMO NO PARQUE DESPORTIVO MUNICIPAL DE ALMEIRIM", ao consórcio AQUINO CONSTRUÇÕES S.A./IMOCONSTANCIA S.A., pelo valor de quatrocentos e trinta mil duzentos e quarenta e cinco euros e cinquenta e sete cêntimos".-----

----Acompanha a proposta o Relatório Final, que a seguir se transcreve, ao abrigo do nº 148 do Código dos Contratos Publico, aprovado pelo Decreto Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, do Concurso Publico para Construção de Pista de Atletismo no Parque Desportivo Municipal de Almeirim, ao abrigo do artigo 130º e seguintes do Código de Contratos Públicos aprovado pelo Decreto Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro.-----

-----"1 - Proposta entregues dentro do prazo.-----

-----1.1 Ecoedifica, S.A.;-----

-----1.2 Europa, Ar-Lindo Construções, S.A.;-----

-----1.3 Tecnitejo, Sociedade de Construções do Ribatejo, S.A.--

-----1.4 FCJ Obras Públicas, S.A.;-----

-----1.5 Consórcio Aquino Construções S.A./Imoconstância, S.A.--

-----2 - Critérios de análise das propostas, para efeitos de adjudicação, conforme ponto 12 do anuncio publicado em D.R., bem como do ponto 15 do Programa de Concurso. Menor Preço.-----

-----3 - Constituição do Júri:-----

-----António Martins Xavier da Rocha Pinto - Presidente;-----

-----José Joaquim da Cruz Luzia Rodrigues - Secretário;-----

-----António Joaquim Veríssimo Pisco - Vogal.-----

-----4 - Apreciação-----

-----Da análise efectuada, se constatou, que nenhuma proposta apresenta preço anormalmente baixo, de acordo com o critério previsto na alínea a) do nº 1 do artigo 71º do Código de Contratos Públicos aprovado pelo D.L. nº 18/2008, de 29 de Janeiro. Todos os concorrentes responderam ao que era solicitado no Caderno de Encargos. Cumprindo o disposto no artigo 148º, nº 1 do Código de Contratos Públicos aprovado pelo Decreto Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, o Júri de Procedimento, considerando que não houve observações dos concorrentes efectuadas ao abrigo do direito da audiência prévia, propõe à Câmara Municipal de Almeirim a adjudicação definitiva à proposta economicamente mais vantajosa, a apresentada pelo concorrente Consórcio Aquino Construções S.A./Imoconstancia S.A., pelo valor quatrocentos e trinta mil duzentos e quarenta e cinco euros e cinquenta e sete cêntimos a que acresce o IVA à taxa em vigor, encerrando assim, o relatório final que juntamente com os demais documentos que compõem o processo de concurso é enviado para apreciação e deliberação superior".-----

-----O Processo de concurso esteve em poder da Secretária dos Senhores Vereadores, para eventual consulta dos Autarcas.-----

-----Posto à votação o documento acima indicado, foi o mesmo aprovado com cinco votos a favor da Bancada do PS e o voto contra e de vencido do Senhor Vereador Francisco Maurício, que leu a declaração de voto que abaixo transcrevo, cuja cópia me entregou:-----

-----"Aquando da Aprovação do Concurso, Projecto, Programa de Procedimentos e Caderno de Encargos para execução da obra "Construção de Pista de Atletismo no Parque Desportivo Municipal de Almeirim", no dia 16 de Setembro de 2009, a menos de um mês das Eleições Autárquicas, votei contra e fiz voto de vencido, porque entendo que lançar um concurso público em cima do acto eleitoral de 11 de Outubro, só tinha um objectivo: Fazer campanha, com os dinheiros de todos nós e aproveitando-se ilegalmente de, na altura ser o presidente da Câmara o que é no mínimo indecoroso. Isto foi mais uma achega na vergonhosa

campanha que o seu partido, a seu mando, levou a cabo. Eu não me vou esquecer e espero que os nossos concidadãos também não.-----

----- Para além da inoportunidade, no tempo, deste concurso, foi mandada elaborar propaganda, que ainda lá se encontra, anunciando a Obra da Pista de Atletismo e do Campo de Futebol de Sete. Qual Campo de Futebol de Sete? Pergunto eu.-----

----- O arrelvamento sintético do campo de futebol nunca foi equacionado e na minha opinião deveria ser prioritário dado o elevado número de praticantes existentes no Concelho que, não gozam das condições mínimas para iniciar os nossos mais jovens na prática do seu desporto de eleição. Recordo que da Freguesia se deslocam, diariamente, a Paço dos Negros inúmeras crianças para a prática de iniciação ao futebol.-----

-----Nestas circunstâncias, o MICA vota contra e faz voto de vencido porque considera a obra insuficiente e desenquadrada de um projecto que deveria contemplar todo o Parque.-----

-----Deveria haver uma solução global para este Parque e continuam-se a fazer "remendos"-----

-----A pista não vai ter hipóteses de albergar competições, já bastavam as Piscinas Municipais com 4 cm. a menos que a medida oficial. É tudo".-----

-----O Senhor Vice Presidente ditou a seguinte declaração de voto: "Eu voto a favor uma vez que esta obra é estruturante no desenvolvimento do desporto na cidade e no Concelho. Esta pista de atletismo que contará com uma nova iluminação, balneários de apoio e bancadas é importantíssima para uma modalidade em franco crescimento. Esta infraestrutura destina-se à iniciação e aperfeiçoamento desta modalidade e permitirá, como aliás já permite com as condições actuais, a realização de competições federadas. É obvio que não permite olimpíadas, mas esse não foi nem será o objectivo.-----

-----De dizer ainda que, no final deste processo teremos um espaço desportivo qualificado, com um campo de futebol de sete, com relva sintética, preparado para a prática do futebol.-----

-----Gostaria ainda de referir, que o processo de construção

desta infraestrutura se iniciou vários meses antes das eleições e que o mesmo foi logo concluído devido ao facto, de, no concurso público anterior, todas as propostas terem ficado acima do preço base.-----

-----Com esta intervenção os jovens que praticam estas modalidades ficarão todos a ganhar."-----

-----O Senhor Presidente ditou a seguinte declaração:"Votei a favor por todas as razões invocadas pelo Vereador Pedro Ribeiro, que subscrevo, e ainda, porque se trata da primeira fase da requalificação do Parque Desportivo, cuja segunda fase está em projecto."-----

-----Às quinze horas e trinta minutos entrou o Senhor Vereador Aranha Figueiredo.-----

-----PLANO DE SEGURANÇA E SAUDE DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DE PISTA DE ATLETISMO NO PARQUE DESPORTIVO MUNICIPAL DE ALMEIRIM - O Senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:-----

-----"Cumprindo o estipulado no número um do artigo doze do Decreto-Lei número duzentos e setenta e três, de vinte e nove de Outubro, proponho a aprovação do Plano de Segurança e Saúde para execução da obra: "CONSTRUÇÃO DE PISTA DE ATLETISMO NO PARQUE DESPORTIVO MUNICIPAL DE ALMEIRIM".-----

-----o Senhor Aranha Figueiredo solicitou o Plano de Segurança e Saúde, ao que o Senhor Presidente, o fez chegar.-----

-----Posto a votação o Plano acima indicado, foi o mesmo aprovado por maioria, com seis votos a favor, cinco da Bancada do PS e um do Vereador da CDU, e a abstenção do Vereador do MICA - Movimento Independente do Concelho de Almeirim.-----

-----NOMEAÇÃO DE FISCAL PARA A OBRA CONSTRUÇÃO DE PISTA DE ATLETISMO NO PARQUE DESPORTIVO MUNICIPAL DE ALMEIRIM - O Senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:"Cumprindo o

estipulado no artigo trezentos e dois, alínea a) e seguintes do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei número dezoito de dois mil e oito, de vinte e nove de Janeiro, proponho a nomeação do Senhor Engenheiro António Xavier Martins Rocha Pinto, como fiscal da empreitada de "Construção de Pista de Atletismo no Parque Desportivo Municipal de Almeirim".-----

-----Posta à votação a nomeação do Fiscal, foi a mesma aprovada por maioria, com seis votos a favor, cinco da Bancada do PS e um do Vereador da CDU, e a abstenção do Vereador do MICA - Movimento Independente do Concelho de Almeirim.-----

-----COORDENADOR DE SEGURANÇA DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DE PISTA DE ATLETISMO NO PARQUE DESPORTIVO MUNICIPAL DE ALMEIRIM - O Senhor Presidente apresentou a proposta do seguinte teor:" Cumprindo o estipulado no numero dois do artigo nove do Decreto Lei número duzentos e setenta e três, de vinte e nove de Outubro, proponho a nomeação de José Luis Bento Pontes Moreira, como coordenador de segurança em obra por parte desta Autarquia, para execução da empreitada: "CONSTRUÇÃO DE PISTA DE ATLETISMO NO PARQUE DESPORTIVO MUNICIPAL DE ALMEIRIM".-----

-----Posta à votação a nomeação do Coordenador de Segurança em Obra, foi a mesma aprovada por maioria, com seis votos a favor, cinco da Bancada do PS e um do Vereador da CDU, e a abstenção do Vereador do MICA - Movimento Independente do Concelho de Almeirim.-----

-----**DELIBERAÇÕES DIVERSAS**-----

-----BOLSAS DE ESTUDO - A Senhora Vereadora Fátima Cardoso apresentou a seguinte proposta:-----

-----"Proponho a atribuição do pagamento do valor do passe e propinas a quatro alunos do ensino superior que frequentam os estabelecimentos da cidade de Santarém, bem como a continuação de apoio aos cinco alunos que transitaram e que voltaram a efectuar pedido de bolsa.-----

-----Proponho ainda a atribuição de mais seis bolsas a alunos que frequentam o ensino superior em outras áreas do País, assim como a continuação de nove alunos que usufruíram de bolsas no ano lectivo anterior"-----

-----Acompanha a proposta a seguinte listagem, os valores referidos são mensais: "Bolseiros apoiados em anos anteriores: João Filipe de Almeida Xavier - duzentos e dez euros; Luís Miguel Cardoso Maurício - cento e oitenta e sete euros e noventa cêntimos; Maria Eduarda Novais da Silva Duarte - trezentos euros; Verónica Alexandra Rodrigues Cordeiro, cento e sessenta e dois euros e oitenta cêntimos; Daniela Filipa Lopes Duarte - duzentos euros; Miguel Filipe Duarte - oitenta e cinco euros e trinta cêntimos; Sérgio Basílio da Silva Roque - trinta euros e sessenta cêntimos; Luís Miguel da Graça dos Santos - duzentos euros; Teresa Paula Rodrigues Aranha - sessenta e cinco euros.--

-----Bolseiros apoiados pela primeira vez - Ana Salóme Matias - duzentos euros; Filipe Botas - duzentos euros; Joana Cristina Fernandes - duzentos euros; Bruno Vasconcelos Hortelão - duzentos euros; Ana Carolina Freitas - duzentos euros; Gonçalo Miguel Parreira Filipe - quarenta e um euros.-----

-----Bolseiros de Santarém: Adriana Cristina Hipólito - passe e propina anual - quatrocentos e quinze euros e trinta e cinco cêntimos de passe e novecentos e vinte euros para propina; Ana Barbara Lourenço de Sousa - duzentos e noventa e cinco euros e vinte cêntimos de valor anual de passe e novecentos e vinte euros de propina; Ana Filomena Moreira Joaquim - duzentos e noventa e cinco euros e vinte cêntimos de valor anual de passe e novecentos e vinte euros de propina; Andreia Sofia Alves Nabais Dias - duzentos e noventa e cinco euros e vinte cêntimos de valor anual de passe e novecentos e vinte euros de propina; Catarina Isabel Amorim Mendes - novecentos e vinte euros de valor anula de propina. Estes bolseiros já foram apoiados em anos anteriores. Os bolseiros que a seguir se indicam são apoiados pela primeira vez, e também são de Santarém: Catarina Isabel Lourenço de Sousa - novecentos e vinte euros de propina



anual; Cristina Isabel Verdasca Carvalho - novecentos e vinte euros de propina anual; João Miguel Roque Florêncio - duzentos e noventa e cinco euros e vinte cêntimos de passe anual e novecentos e vinte euros de propina; Teresa Narigueta - duzentos e noventa e cinco euros e vinte cêntimos de passe anual e novecentos e vinte euros de propina anual.-----

-----Acompanha a proposta acima indicada o Regulamento para Concessão de Bolsas de Estudo que a seguir se transcreve: -----

-----"A Constituição da Republica Portuguesa confere a todos os cidadãos o direito de acesso ao ensino, visando promover com este direito fundamental assegurar a igualdade de oportunidades de acesso à educação. No entanto, as grandes dificuldades sócio económicas que caracterizam hoje a sociedade portuguesa constituem para muitos jovens um forte impedimento ao seu acesso e frequência no ensino superior.-----

-----Considerando que a Câmara Municipal de Almeirim entende que a acção social escolar é fundamental para permitir o apoio aos jovens e às respectivas famílias, que não possuem meios económicos.-----

-----Acresce, por outro lado, que incontroversa a necessidade de investir em políticas sociais que visem a promoção da formação académica e profissional dos jovens, como forma de assegurar o desenvolvimento social e educativo dos jovens do Concelho, em especial, o que passa necessariamente pelo apoio à escolaridade, designadamente o ensino superior.-----

-----Atenta a este facto, a Câmara Municipal de Almeirim, com o intuito de contribuir para, na medida das suas possibilidades, minorar tal situação entende dever instituir um sistema de bolsas de estudos especialmente dedicada a alunos do ensino superior e, ao mesmo tempo, estabelecer de forma clara e objectiva os critérios de atribuição dos apoios ao prosseguimento de estudos.-----

-----Ao artigos 64º, nº 4, alínea d) e nº 7, alínea a) da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com redacção da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, estabelecem que a Câmara Municipal tem

competência para intervir no âmbito da acção social escolar.----  
-----Assim, no uso das competências conferidas pelos artigos 64º  
nº 4, alínea d) e nº 7, alínea a) da Lei nº 169/99, de 18 de  
Setembro, na redacção da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, sob  
proposta da Câmara Municipal é aprovado o presente Regulamento.-

-----REGULAMENTO PARA CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO-----

-----Disposições Gerais-----

-----Artigo 1º-----

-----Número de bolsas de estudo e seu quantitativo-----

-----O número de bolsas de estudo a conceder, bem como o  
quantitativo monetário de cada uma, será estabelecido anualmente  
pela Câmara Municipal de Almeirim que se reserva o direito de  
poder determinar especificamente os cursos a que se destinam.---

-----Artigo 2º-----

-----Período de candidaturas-----

-----As candidaturas às bolsas de estudo a conceder deverão ser  
apresentadas anualmente de 1 a 31 de Outubro.-----

-----II-----

-----Processo de Candidatura-----

-----Artigo 3º-----

-----Ficha individual de candidatura-----

-----Os candidatos às bolsas de estudo ou, quando se trate de  
menores de 18 anos, os encarregados de educação, formalizarão os  
pedidos de concessão através da subscrição de uma ficha  
individual de candidatura, na qual se identificará o candidato,  
indicando o seu nome completo, filiação, data de nascimento,  
número de identificação, residência, estado civil, curso que  
frequenta e respectivo ano, média do ano transacto e profissão.-

-----Artigo 4º-----

-----Documentação-----

-----1.A ficha de candidatura referida no artigo anterior deverá  
ser acompanhada dos seguintes documentos:-----

-----a)Certidão de aproveitamento escolar referente a todas as  
disciplinas que compõem o ano lectivo do curso, e nomeadamente a  
dos anos lectivos transactos, com a respectiva média final de

cada ano;-----  
-----b)Comprovativo de matrícula em curso superior do ano lectivo a que a bolsa de estudo se refere;-----  
-----c)Declaração de IRS relativa ao ano civil anterior do encarregado de educação ou, nos casos em que estejam dispensados da entrega da respectiva declaração, qualquer outro tipo de comprovativo de rendimentos, adequado à situação económica e profissional (dos pais ou do candidato);-----  
-----d)Comprovativo da prestação ou renda habitacional estudantil;-----  
-----e)Fotocópia do Bilhete de Identidade do candidato(frente e verso);-----  
-----f)Fotocópia do cartão de eleitor do candidato ou, quando menor de 18 anos do seu encarregado de educação;-----  
-----g)Declaração subscrita pelo candidato ou, quando menor de 18 anos pelo seu encarregado de educação, onde ateste da sua candidatura ou não à bolsa de estudo de outro organismo ou entidade;-----  
-----h)Declaração emitida pelos Serviços de Acção Social da Câmara Municipal de Almeirim, acerca da situação socio-económica do candidato e/ou agregado familiar;-----  
-----i)Outros elementos que se considerem de interesse a apresentarem no sentido de esclarecer a sua situação.-----  
-----2.Em relação ao disposto na alínea c) do número anterior, a Câmara Municipal reserva-se ao direito de fazer a avaliação socio-económica através do seu Gabinete de Acção Social do Município.-----  
-----Artigo 5º-----  
-----Condições básicas-----  
-----Os candidatos às bolsas de estudo deverão reunir cumulativamente as seguintes condições básicas:-----  
-----a)Serem de nacionalidade portuguesa;-----  
-----b)Residirem no concelho de Almeirim;-----  
-----c)Terem tido bom aproveitamento escolar no ano lectivo anterior;-----

-----d)Não possuírem habilitações ou curso equivalente;-----

-----e)Apresentarem comprovativo de como solicitaram bolsa nos Serviços Sociais da Universidade e respectivo deferimento/indeferimento do serviço.-----

-----Artigo 6º-----

-----Comissão de análise-----

-----A comissão de análise será constituída pela Vereadora do Pelouro e pelo Gabinete de Acção Social, que irão proceder à verificação da adequação dos dados constantes das fichas de candidatura e documentação anexa, aos critérios definidos no presente Regulamento.-----

-----Artigo 7º-----

-----Condições de preferência-----

-----Quando não seja possível atender a todos os pedidos, por a quantidade de candidaturas ser superior ao número de bolsas de estudo a atribuir, serão consideradas, por ordem decrescente, as seguintes condições de preferência:-----

-----a)Ter sido bolseiro da Câmara Municipal no ano lectivo anterior, com aproveitamento;-----

-----b)Menor rendimento *per capita* do agregado familiar, para cálculo do qual não será considerado o valor das prestações familiares;-----

-----c)Melhor classificação escolar obtida no ano lectivo anterior;-----

-----d)Os rendimentos do agregado familiar serem provenientes de trabalho por conta de outrem e ou pensões;-----

-----e)Residir no concelho de Almeirim há mais tempo;-----

-----f)A distancia entre o estabelecimento escolar e a residência.-----

-----Artigo 8º-----

-----Processo de Análise-----

-----A fim de fundamentar a sua decisão e, caso entenda conveniente, a comissão de análise poderá:-----

-----a)Proceder a consulta junto da Junta de Freguesia onde o candidato resida;-----

-----b)Convocar os candidatos para entrevista individual ou encarregados de educação;-----

-----c)Solicitar outros meios de prova que considere necessários.-----

-----Artigo 9º-----

-----Lista provisória-----

-----Após a análise das fichas individuais de candidatura e documentação anexa, a comissão de análise ordenará os candidatos a bolseiros numa primeira lista provisória, que será afixada após apreciação do executivo municipal no átrio da Câmara Municipal e nas Juntas de Freguesia, para eventuais reclamações, durante os 10 dias úteis seguintes à sua publicitação.-----

-----Artigo 10º-----

-----Lista definitiva-----

-----Findo o período de reclamações, a comissão de análise analisará as mesmas, caso existam, elaborando, conseqüentemente, a lista definitiva, devidamente fundamentada, a submeter à Câmara Municipal para deliberação.-----

-----Artigo 11º-----

-----Atribuição das bolsas-----

-----1.As bolsas de estudo serão liquidadas mensalmente aos interessados se maiores de 18 anos ou, caso contrário, aos respectivos encarregados de educação, durante 10 meses.-----

-----2.Aos alunos que se encontrem colocados numa Instituição Escolar que diste uma distância igual ou inferior a 30 Km, da sua residência, é-lhes concedido um subsídio de transporte equivalente ao passe mensal e o valor da propina anual.-----

-----3.Os valores referidos no número anterior são pagos através de pagamento único.-----

-----4.O valor da bolsa atribuída pela Câmara Municipal adicionada à atribuída pela Universidade, não deverá exceder os 400€.-

-----5.Haverá uma penalização de 100€ por cada disciplina em atraso.-----

-----Artigo 12º-----

-----Situações excepcionais-----

-----A Câmara Municipal poderá deixar de atender à condição básica de aproveitamento escolar no ano lectivo anterior (alínea c) do artigo 7º), quando o bolseiro, por doença ou por outro motivo pertinente de força maior, devidamente comprovado, for impedido de obter o desejado aproveitamento escolar.-----

-----Artigo 13º-----

-----Apresentação de resultados-----

-----Os bolseiros ficam obrigados a apresentar à Câmara Municipal de Almeirim os seus resultados no fim de cada período ou semestre e no fim do ano lectivo.-----

-----Artigo 14º-----

-----Situações de exclusão-----

-----A prestação de declarações falsas, a apresentação de documentos forjados ou a ocultação de dados ou a recusa, implica a imediata exclusão da candidatura e a impossibilidade de voltar a ser candidato em anos lectivos posteriores.-----

-----Artigo 15º-----

-----Reapreciação de valores das bolsas-----

-----1.A bolsa de estudo será reapreciada quando o bolseiro melhore significativamente a sua disponibilidade económica ou passe a receber benefícios de outra Entidade, que somados à bolsa atribuída pelo município, não deverá ultrapassar os 400€ mensais.-----

-----2.A todo o tempo, a Câmara Municipal pode solicitar à Instituição de Ensino elementos que possam implicar a reapreciação da atribuição da bolsa atribuída.-----

-----III-----

-----Disposições Finais-----

-----Artigo 16º-----

-----Interpretação e integração de lacunas-----

-----As duvidas de interpretação, assim como a integração de lacunas, na aplicação do presente regulamento, são resolvidas por deliberação da Câmara Municipal, sob proposta dos respectivos serviços.-----

-----Artigo 17º-----

-----Entrada em vigor-----

-----O presente Regulamento entrará em vigor, 15 dias após a sua publicação ou afixação em local público".-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício referiu que não tem qualquer objecção à listagem apresentada para a atribuição das bolsas de estudo.-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo perguntou qual o esforço que a Autarquia faz no seu total, e se o que é para apoiar é o conjuntos dos vinte e quatro alunos apresentados.-----

-----A Senhora Vereadora Fátima Cardoso respondeu com base no Regulamento, alguns dos bolseiros já transitaram de anos anteriores.-----

-----O Executivo deliberou por unanimidade, aprovar as bolsas indicadas.-----

-----O assunto foi entregue ao Gabinete de Educação Social para cumprimento da alínea e) do Artigo quinto do Regulamento para a Concessão de Bolsas de Estudo, e posteriormente comunicar a listagem final à Contabilidade.-----

-----RELATORIO FINAL DE PROCESSO DISCIPLINAR - A Senhora Vereadora Fátima Cardoso apresentou a seguinte proposta:-----

-----"Assunto: Analise do processo disciplinar instaurado à funcionária Célia Cristina Lopes Santos - Relativamente à decisão final a ter com o processo disciplinar em epígrafe proponho ao Executivo que a deliberação tenha em conta a conclusão apresentada pela instrutora conforme consta do referido processo.-----

-----Para efeitos e fins convenientes junto apreciação técnica deduzida pelo gabinete de Acção Social sobre a avaliação sócio económica da funcionária."-----

-----A avaliação técnica apresentada pelo Gabinete de Acção Social seguidamente se transcreve:-----

-----"Identificação da situação da funcionária Célia Cristina Lopes Santos, residente na Estrada de S. Domingos, nº 39, 2º Dtº, em Santarém; -----

-----Foi solicitado ao Gabinete de Acção Social uma avaliação sócio económica da funcionária acima identificada, pelo que foi efectuado um contacto com o Conselho Executivo do Agrupamento de Escolas Febo Moniz no dia 11 de Janeiro, dia previsto para o regresso da funcionária ao local de trabalho, não tendo no entanto comparecido. Foram feitas tentativas de contacto telefónico para os 2 números de telemóvel disponíveis, mas não atendeu.-----

-----Nessa sequência foi realizada uma visita domiciliária, à morada indicada, tendo sido utilizada a técnica de entrevista para recolha de dados, baseando-se todo o relatório social nas informações prestadas pela própria.-----

-----1 - Nome: Célia Cristina Lopes Santos, data de nascimento: 30 de Janeiro de 1977, estado civil: solteira.-----

-----2 - A D. Célia vive só. É natural de Benfica do Ribatejo, tendo optado por adquirir casa própria em Santarém na morada acima referida, através de recurso ao crédito, pelo que suporta uma prestação mensal de cerca de 200,00€.-----

-----A habitação localiza-se num bloco de apartamentos recentes, concluídos em 2006, com bons acabamentos, acessibilidade garantida e boa localização.-----

-----A casa é uma tipologia T1, composta por quarto, sala, cozinha e WC, com óptimas condições de habitabilidade, bem decorada e muito organizada.-----

-----Informou trabalhar no Agrupamento de Escolas Febo Moniz com contrato por tempo indeterminado desde 1997, não possuindo mais nenhuma actividade profissional para além dessa.-----

-----Segundo a própria descreveu encontra-se de baixa psicológica, situação esta que se arrasta há já muito tempo. É acompanhada pelo médico de família no posto clínico de Foros de Benfica, pois a efectuar transferência do processo de saúde para a área de residência ficaria em lista de espera por incapacidade



de resposta por parte dos serviços, razão pela qual optou por se manter no anterior médico de família.-----

-----É também acompanhada por psiquiatra particular, Dr. Fialho, aguardando que este a passe a acompanhar no Hospital de Santarém, onde este também trabalha e onde espera também começar a ter acompanhamento psicológico.-----

-----A Sr<sup>a</sup> recebeu as Técnicas do Gabinete de Acção Social na sua habitação, de forma cordial mas numa atitude perfeitamente defensiva. Ao longo da entrevista manteve sempre uma postura formal, contida, respondendo estritamente às questões que lhe foram sendo colocadas, nunca permitindo grande abertura, nem diálogo. Questionou por diversas vezes a interferência do Gabinete de Acção Social nesta questão, não obstante no início da entrevista ter sido justificado.-----

-----Referiu encontrar-se de baixa psicológica, com acompanhamento psiquiátrico o que no seu parecer é revelador de não se encontrar em condições de poder comparecer ao serviço".--

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício referiu que o Relatório é muito incompleto, apenas se baseou numa entrevista, onde a funcionária entrevistada agiu sempre na defensiva. O Relatório não fornece elementos relativos ao estado de saúde mental da Senhora. Estranha que a funcionária descuide o seu sustento, uma vez que é referido que tem uma renda de casa, mensal de duzentos euros. -----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo, referiu que se a funcionária for despedida, deixamos de ter um problema de serviço, mas passamos a ter um problema social, e para que todos possam tomar uma decisão, sugere que a Câmara solicite uma avaliação por uma Junta Médica.-----

-----A Senhora Vereadora Fátima Cardoso, informou que a Senhora já foi a Junta Médica e que esta a deu como apta para trabalhar. Acrescentou:"Esteve cá a falar comigo e estava em condições de ir trabalhar. Preparou-se tudo, mas a atitude dela não se alterou. Não teve a melhor atitude, apresentou os atestados tardiamente e por insistência nossa."-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício perguntou à Senhora Vereadora Fátima Cardoso como é que a arguida encara a possibilidade de ser despedida. -----

-----O Senhor Vice Presidente referiu que este é o segundo processo disciplinar por despedimento instaurado a esta funcionária.-----

-----A Senhora Vereadora Fátima Cardoso referiu que a DREL despediu-a e como os prazos não foram cumpridos a Senhora agarrou-se a esse argumento.-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo perguntou à Senhora Vereadora Fátima, já que ela conhece a funcionária em causa, quais as razões que esta invoca para não trabalhar na escola, e reconhece que o salário da função pública é sempre um rendimento estável. E acrescenta: "A minha outra dúvida é estarmos a dar um pontapé a alguém para a valeta. Nós temos outras formas de resolver o assunto. Porque não a reforma compulsiva."-----

-----Dado que houve esta proposta, o Senhor Presidente disse que o assunto vai ser estudado e voltará a uma próxima reunião com a presença do Presidente do Conselho Executivo da escola onde a Executada trabalha. -----

-----TRANSFERÊNCIAS - A pedido das respectivas entidades, a Câmara deliberou conceder as seguintes transferências: Rotary Clube de Almeirim, trezentos euros, para viagem de Eric Sousa Dias a Londres para estágio de guitarra clássica; Corpo Nacional de Escutas de Benfica do Ribatejo, duzentos e cinquenta euros, para obras de manutenção e conservação; Associação de Benfica do Ribatejo, dois mil novecentos e trinta e oito euros e setenta e um cêntimos (este valor já tem IVA incluído), para substituição de barramentos de fase nos quadros eléctricos e de elementos de ligação eléctrica de protecção a pessoas e aos aparelhos existentes na sede da associação.-----

-----O Senhor Vice Presidente propôs oralmente a correcção ao subsidio anual atribuído em reunião de vinte e um de Julho de dois mil e nove, à Secção 20 Quilómetros de Almeirim - Secção de

Atlétismo, onde foi concedido o valor mensal de novecentos euros e deveria ser de mil euros.-----

-----O Executivo concordou.-----

-----CARTA DE CONDUÇÃO DE PESADOS DE PASSAGEIROS - O Senhor Vice Presidente propôs que a Autarquia custeie a carta de condução de pesados de passageiros ao funcionário municipal Nuno Miguel Barros Santiago, no valor de seiscentos e trinta e dois euros. O Senhor Vice Presidente informou que esta proposta, se prende com o facto de na área onde o funcionário está inserido, (área desportiva), existir a necessidade por sobrecarga dos outros motoristas de efectuar transportes de diversos tipos de material de uns locais para outros, para os diversos eventos promovidos e apoiados pela Autarquia. É também referido pelo Autarca que, paralelamente a esse tipo de serviços, existe ainda outro factor a ter em conta, como o transporte de equipas em encontros e torneios.-----

-----A Câmara deliberou custear a carta de condução ao funcionário acima referido, pelo valor proposto.-----

-----RENDAS HABITACIONAIS - Foi presente a informação da Técnica Superior, Dr<sup>a</sup> Cláudia Afonso, do seguinte teor:-----

-----"Relativamente às rendas mensais da moradia nº 41 do Bairro Social do Pupo, informo V. Ex<sup>a</sup>. do seguinte:-----

-----1 - Até Abril de 2009, o valor da renda mensal era descontado directamente no vencimento do arrendatário, até essa data, ao serviço da Autarquia;-----

-----2 - Por esse motivo, o desconto ocorria sempre após o dia 20 de cada mês, embora sem qualquer agravamento. (Pagamentos feitos após o dia 8 de cada mês sofrem um agravamento de 15%, e após o dia 22, o agravamento passa para 50%).-----

-----3 - Uma vez que, a partir de Maio de 2009, o arrendatário passou a integrar o quadro da Empresa Águas do Ribatejo, o pagamento deixou de ser feito por débito no vencimento, passando a renda a ser paga ao balcão destes Serviços.-----

-----4 - Contudo, o arrendatário continuou a fazer os pagamentos após o dia 20 de cada mês, pelo que o valor sofreu um agravamento, situação que o arrendatário recusou aceitar.-----

-----Assim, e a pedido do arrendatário, solicitamos a emissão de despacho sobre a aplicação deste agravamento nas rendas até Dezembro de 2009, assim como para pagamentos futuros, fora de prazo."-----

-----A Câmara deliberou prescindir do agravamento até Dezembro de dois mil e nove, e informar o Município que não se admitem novos atrasos.-----

-----FACTURA DE AGUA - O Senhor Presidente apresentou a factura de água, em nome de Maria Diamantina Rocha Godinho Matos, Presidente da Associação Clube "Os Patolas", no valor de trezentos e trinta e oito euros e sessenta e três cêntimos, relativa ao mês de Junho de dois mil e nove, referente ao consumo da sua habitação, na qual a Autarquia vai deixar os cães abandonados e recolhidos no Concelho, os quais são por esta Senhora tratados.-----

-----A câmara deliberou por unanimidade pagar o valor referido.-

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício ditou a seguinte declaração de voto:-----

-----" O MICA vota a favor, mas o que nos é apresentado é uma factura de Junho, sem qualquer proposta anexa. Houve aqui a promessa de elaborar um Protocolo com a Associação.-----

-----Pelos vistos é urgente.-----

-----Proponho que na próxima reunião nos seja presente esse protocolo que, obviamente apoiaremos, conforme Programa Eleitoral do MICA.-----

-----COLOCAÇÃO DE ARMARIOS NA PRAÇA LOURENÇO DE CARVALHO - O Senhor Presidente apresentou a carta de Maria Fernanda Russo Costa Mercê, que a seguir se transcreve:" Venho pela presente solicitar que em Reunião de Câmara seja apreciado o seguinte pedido: sou proprietária de um prédio urbano localizado na Praça

Lourenço de Carvalho, que confina com o espaço onde actualmente existe a esplanada da Laranjeiras, com as obras de requalificação da Praça Lourenço de Carvalho, que estão a decorrer neste momento, pretende o responsável do projecto colocar um armário exterior, com dois metros e meio de largura por um metro e meio de altura para colocação de contadores, mesmo junto à fachada desse meu prédio, alterando-se a sua localização inicialmente prevista no projecto.-----

-----A requerente confrontada com o problema solicitou uma audiência ao Exmº Srº Presidente da Câmara Municipal de Almeirim.-----

-----O Senhor Presidente da Câmara recebeu-a e prontificou segundo a carta anexa a viabilizar a localização do armário de modo a que no futuro projecto, a sua localização satisfaça o interesse das duas partes.-----

-----Faltará ainda, na perspectiva da requerente que a Câmara Municipal de Almeirim delibere no sentido que os custos futuros da mudança do armário agora colocado na frente do imóvel da requerente, por alteração do projecto inicial, seja suportado pela Edilidade, o que se requer que seja aprovado, por forma a que no futuro tal questão seja de fácil resolução de justiça."--

-----Acompanha a exposição da Munícipe, resposta do Senhor Presidente que a seguir se reproduz: "Na sequencia das reclamações apresentadas por V.Exª e de reunião havida no meu gabinete referidas à questão em assunto declaro que, em tempo da apresentação do projecto por V. Exª para o seu prédio sito naquela Praça a Câmara estará disponível para viabilizar a localização do armário de modo a que satisfaça o interesse das duas partes."-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

-----NOTA DE IMPRENSA - O Senhor Presidente apresentou a carta de AHRESP - Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal, que anexa Nota de Imprensa a propósito do Orçamento de Estado 2010, e a fiscalidade, nomeadamente a taxa de IVA.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

-----GRUPO PARLAMENTAR DO PCP - Foi presente a carta do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, dando conta da intervenção proferida pelo Deputado Miguel Tiago, relativa à urgência do debate sobre a situação que afectou a Região Oeste de Lisboa.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

-----PROTOCOLO COM A JUNTA DE FREGUESIA DE RAPOSA - O Senhor Presidente apresentou o Protocolo a celebrar com a Junta de Freguesia de Raposa, do seguinte teor:-----

-----"PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS E COLABORAÇÃO ENTRE A CAMARA MUNICIPAL DE ALMEIRIM E A JUNTA DE FREGUESIA DE RAPOSA.-----

-----Considerando que:-----

-----1 - A Câmara Municipal de Almeirim pretende acordar com a Junta de Freguesia de Raposa, um protocolo de acordo de transferência de responsabilidades, atribuições e competências,

-----2 - Este protocolo de acordo é um instrumento de gestão importante na medida em que se reforçam significativamente os seus poderes e capacidades de intervenção, permitindo melhorar e dar maior eficiência à acção do Poder Local junto das populações;-----

-----3 - O disposto na Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, que estabelece o quadro de competências, assim como o regime jurídico de funcionamento, dos órgãos dos Municípios e das Freguesias e nomeadamente prevê a possibilidade de a Câmara, sob autorização da Assembleia Municipal, delegar competências nas Juntas de Freguesia incidindo sobre investimentos e actividades genericamente referenciados no artigo 66º da referida lei, mediante a celebração de protocolos, onde figurem todos os direitos e obrigações de ambas as partes, os meios financeiros, técnicos e humanos e matérias objecto da delegação,-----

-----A Câmara Municipal de Almeirim, adiante designada por CMA, representada pelo seu Presidente, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes, e a Junta de Freguesia de Raposa, adiante designada por JFR, representada pelo seu Presidente, José David Ventura Gouveia, estabelecem, em conformidade com as deliberações da Assembleia Municipal de Almeirim de ..... de 2009 e da Assembleia de Freguesia de Raposa de ..... 2009, o seguinte Protocolo de Colaboração e de Delegação de Competências:-----

-----Clausula Primeira - Nos termos dos artigos 37º e 66º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a CMA delega na JFR as seguintes competências próprias:-----

-----1 - A manutenção e gestão corrente de espaços verdes públicos e arranjos urbanísticos;-----

-----2 - A limpeza e varredura dos arruamentos e outros espaços públicos nos aglomerados da freguesia.-----

-----Clausula Segunda - 1 - O conjunto de delegação de competências constantes na clausula anterior será acompanhado das respectivas contrapartidas financeiras no valor anual de seis mil euros.-----

-----2 - A transferência das importâncias correspondentes ao encargos com as competências delegadas referidas na clausula primeira, por duodécimos, até dia 30 de cada mês.-----

-----Clausula Terceira - A JFR, responsabiliza-se perante a Câmara Municipal por:-----

-----a) Assegurar a gestão, limpeza, manutenção, fertilização, tratamentos fitossanitários, replantações retanchas, etc, de todos os espaços verdes, públicos, na área da Freguesia;-----

-----b) Manter limpos os espaços públicos e aglomerados na área da freguesia.-----

-----Clausula Quarta - 1 - Para o exercício das competências delegadas a JFR, beneficiará, por parte da CMA de apoio financeiro e ainda, em casos pontuais devidamente justificados de outros apoios, nomeadamente para fazer face a grandes obras de conservação ou situações de carácter excepcional.-----

-----2 - O apoio a que se refere na parte final do número anterior será concedido mediante a disponibilidade dos serviços e equipamentos da CMA, ou através de apoio financeiro aprovado em reunião de Câmara.-----

-----Clausula Quinta - A JFR deverá informar a CMA, até Novembro de cada ano das intervenções que repute necessárias, no ano seguinte, para que possam, após a devida análise e decisão, ser contempladas no orçamento e opções do plano para o ano seguinte, sem prejuízo da actividade da CMA no que respeita à previsão das necessidades de intervenção da sua responsabilidade.-----

-----Clausula Sexta - A avaliação contínua e conjunta da execução do presente Protocolo far-se-á através de reuniões periódicas entre o Vereador da Câmara responsável pelo Pelouro e o Presidente da JFR, com a presença dos técnicos da JFR e CMA, quando assim for julgado necessário.-----

-----Clausula Sétima - 1 - O presente protocolo respeita ao mandato iniciado em 2009, tendo o seu inicio a 1 de Março de 2010, podendo ser revisto a qualquer momento, se tal for deliberado pelos órgãos autárquicos competentes.-----

-----2 - Qualquer das partes intervenientes pode, com a antecedência mínima de 60 dias, propor a denuncia deste protocolo, por razões devidamente fundamentadas.-----

-----3 - Os casos omissos decorrentes da interpretação e aplicação deste protocolo serão decididos por acordo entre as partes."-----

-----Posto à votação o Protocolo, foi o mesmo aprovado com seis votos a favor, cinco da Bancada do PS, e a da CDU, e a abstenção do Senhor Vereador do MICA.-----

-----PROTOCOLO COM A JUNTA DE FREGUESIA DE FAZENDAS DE ALMEIRIM  
- O Senhor Presidente apresentou o Protocolo a celebrar com a Junta de Freguesia de FAZENDAS DE ALMEIRIM, do seguinte teor:---

-----“PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETENCIAS E COLABORAÇÃO ENTRE A CAMARA MUNICIPAL DE ALMEIRIM E A JUNTA DE FREGUESIA DE FAZENDAS DE ALMEIRIM.-----



-----Considerando que:-----

-----1 - A Câmara Municipal de Almeirim pretende acordar com a Junta de Freguesia de Fazendas de Almeirim, um protocolo de acordo de transferência de responsabilidades, atribuições e competências, -----

-----2 - Este protocolo de acordo é um instrumento de gestão importante na medida em que se reforçam significativamente os seus poderes e capacidades de intervenção, permitindo melhorar e dar maior eficiência à acção do Poder Local junto das populações;-----

-----3 - O disposto na Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, que estabelece o quadro de competências, assim como o regime jurídico de funcionamento, dos órgãos dos Municípios e das Freguesias e nomeadamente prevê a possibilidade de a Câmara, sob autorização da Assembleia Municipal, delegar competências nas Juntas de Freguesia incidindo sobre investimentos e actividades genericamente referenciados no artigo 66º da referida lei, mediante a celebração de protocolos, onde figurem todos os direitos e obrigações de ambas as partes, os meios financeiros, técnicos e humanos e matérias objecto da delegação,-----

-----A Câmara Municipal de Almeirim, adiante designada por CMA, representada pelo seu Presidente, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes, e a Junta de Freguesia de Fazendas de Almeirim, adiante designada por JFFA, representada pelo seu Presidente, Manuel Bastos Martins, estabelecem, em conformidade com as deliberações da Assembleia Municipal de Almeirim de ..... de 2009 e da Assembleia de Freguesia de Fazendas de Almeirim de ..... 2009, o seguinte Protocolo de Colaboração e de Delegação de Competências:-----

-----Clausula Primeira - Nos termos dos artigos 37º e 66º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a CMA delega na JFFA as seguintes competências próprias:-----

-----1 - A manutenção e gestão corrente de espaços verdes

públicos e arranjos urbanísticos;-----  
-----2 - A limpeza e varredura dos arruamentos e outros espaços públicos nos aglomerados da freguesia.-----  
-----Clausula Segunda - 1 - O conjunto de delegação de competências constantes na clausula anterior será acompanhado das respectivas contrapartidas financeiras no valor anual de dezoito mil euros.-----  
-----2 - A transferência da importâncias correspondentes ao encargos com as competências delegadas referidas na clausula primeira, por duodécimos, até dia 30 de cada mês.-----  
-----Clausula Terceira - A JFFA, responsabiliza-se perante a Câmara Municipal por:-----  
-----a) Assegurar a gestão, limpeza, manutenção, fertilização, tratamentos fitossanitários, replantações retanchas, etc, de todos os espaços verdes, públicos, na área da Freguesia;-----  
-----b) Manter limpos os espaços públicos e aglomerados na área da freguesia.-----  
-----Clausula Quarta - 1 Para o exercício das competências delegadas a JFFA beneficiará, por parte da CMA de apoio financeiro e ainda, em casos pontuais devidamente justificados de outros apoios, nomeadamente para fazer face a grandes obras de conservação ou situações de carácter excepcional.-----  
-----2 - O apoio a que se refere na parte final do número anterior será concedido mediante a disponibilidade dos serviços e equipamentos da CMA, ou através de apoio financeiro aprovado em reunião de Câmara.-----  
-----Clausula Quinta - A JFFA deverá informar a CMA, até Novembro de cada ano das intervenções que repute necessárias, no ano seguinte, para que possam, após a devida análise e decisão, ser contempladas no orçamento e opções do plano para o ano seguinte, sem prejuízo da actividade da CMA no que respeita à previsão das necessidades de intervenção da sua responsabilidade.-----  
-----Clausula Sexta - A avaliação contínua e conjunta da execução do presente Protocolo far-se-á através de reuniões

periódicas entre o Vereador da Câmara responsável pelo Pelouro e o Presidente da JFFA, com a presença dos técnicos da JFFA e CMA, quando assim for julgado necessário.-----

-----Clausula Sétima - 1 - O presente protocolo respeita ao mandato iniciado em 2009, tendo o seu início a 1 de Março de 2010, podendo ser revisto a qualquer momento, se tal for deliberado pelos órgãos autárquicos competentes.-----

-----2 - Qualquer das partes intervenientes pode, com a antecedência mínima de 60 dias, propor a denuncia deste protocolo, por razões devidamente fundamentadas.-----

-----3 - Os casos omissos decorrentes da interpretação e aplicação deste protocolo serão decididos por acordo entre as partes."-----

-----Posto à votação o Protocolo, foi o mesmo aprovado com seis votos a favor, cinco da Bancada do PS, e a da CDU, e a abstenção do Senhor Vereador do MICA.-----

-----PROTOCOLO COM A JUNTA DE FREGUESIA DE BENFICA DO RIBATEJO -

-----O Senhor Presidente apresentou o Protocolo a celebrar com a Junta de Freguesia de Benfica do Ribatejo, do seguinte teor:----

-----"Considerando que:-----

-----1 - A Câmara Municipal de Almeirim pretende acordar com a Junta de Freguesia de Benfica do Ribatejo, um protocolo de acordo de transferência de responsabilidades, atribuições e competências, -----

-----2 - Este protocolo de acordo é um instrumento de gestão importante na medida em que se reforçam significativamente os seus poderes e capacidades de intervenção, permitindo melhorar e dar maior eficiência à acção do Poder Local junto das populações;-----

-----3 - O disposto na Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, que estabelece o quadro de competências, assim como o regime jurídico de funcionamento, dos órgãos dos Municípios e das Freguesias e nomeadamente prevê a possibilidade de a Câmara, sob

autorização da Assembleia Municipal, delegar competências nas Juntas de Freguesia incidindo sobre investimentos e actividades genericamente referenciados no artigo 66º da referida lei, mediante a celebração de protocolos, onde figurem todos os direitos e obrigações de ambas as partes, os meios financeiros, técnicos e humanos e matérias objecto da delegação,-----

-----A Câmara Municipal de Almeirim, adiante designada por CMA, representada pelo seu Presidente, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes, e a Junta de Freguesia de Benfica do Ribatejo, adiante designada por JFBR, representada pelo seu Presidente, Alfredo da Silva Trindade, estabelecem, em conformidade com as deliberações da Assembleia Municipal de Almeirim de ..... de 2009 e da Assembleia de Freguesia de Benfica do Ribatejo de ..... 2009, o seguinte Protocolo de Colaboração e de Delegação de Competências:-----

-----Clausula Primeira - Nos termos dos artigos 37º e 66º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a CMA delega na JFBR as seguintes competências próprias:-----

-----1 - A manutenção e gestão corrente de espaços verdes públicos e arranjos urbanísticos;-----

-----2 - A limpeza e varredura dos arruamentos e outros espaços públicos nos aglomerados da freguesia.-----

-----Clausula Segunda - 1 - O conjunto de delegação de competências constantes na clausula anterior será acompanhado das respectivas contrapartidas financeiras no valor anual de doze mil euros.-----

-----2 - A transferência da importâncias correspondentes ao encargos com as competências delegadas referidas na clausula primeira, por duodécimos, até dia 30 de cada mês.-----

-----Clausula Terceira - A JFBR, responsabiliza-se perante a Câmara Municipal por:-----

-----a) Assegurar a gestão, limpeza, manutenção, fertilização, tratamentos fitossanitários, replantações retanchas, etc, de todos os espaços verdes, públicos, na área da Freguesia;-----

-----b) Manter limpos os espaços públicos e aglomerados na área da freguesia.-----

-----Clausula Quarta - 1 Para o exercício das competências delegadas a JFBR, beneficiará, por parte da CMA de apoio financeiro e ainda, em casos pontuais devidamente justificados de outros apoios, nomeadamente para fazer face a grandes obras de conservação ou situações de carácter excepcional.-----

-----2 - O apoio a que se refere na parte final do número anterior será concedido mediante a disponibilidade dos serviços e equipamentos da CMA, ou através de apoio financeiro aprovado em reunião de Câmara.-----

-----Clausula Quinta - A JFBR deverá informar a CMA, até Novembro de cada ano das intervenções que repute necessárias, no ano seguinte, para que possam, após a devida análise e decisão, ser contempladas no orçamento e opções do plano para o ano seguinte, sem prejuízo da actividade da CMA no que respeita à previsão das necessidades de intervenção da sua responsabilidade.-----

-----Clausula Sexta - A avaliação contínua e conjunta da execução do presente Protocolo far-se-á através de reuniões periódicas entre o Vereador da Câmara responsável pelo Pelouro e o Presidente da JFBR, com a presença dos técnicos da JFBR e CMA, quando assim for julgado necessário.-----

-----Clausula Sétima - 1 - O presente protocolo respeita ao mandato iniciado em 2009, tendo o seu inicio a 1 de Março de 2010, podendo ser revisto a qualquer momento, se tal for deliberado pelos órgãos autárquicos competentes.-----

-----2 - Qualquer das partes intervenientes pode, com a antecedência mínima de 60 dias, propor a denuncia deste protocolo, por razões devidamente fundamentadas.-----

-----3 - Os casos omissos decorrentes da interpretação e aplicação deste protocolo serão decididos por acordo entre as partes."-----

-----Posto à votação o Protocolo, foi o mesmo aprovado com seis

votos a favor, cinco da Bancada do PS, e a da CDU, e a abstenção do Senhor Vereador do MICA.-----

-----De referir que os três protocolos foram enviados ao Senhor Presidente para os remeter à Assembleia Municipal, conforme me foi informado na presente reunião.-----

-----ALTERAÇÃO DO TARIFÁRIO DA RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS - o Senhor Vice Presidente apresentou a seguinte propostas: " **PROPOSTA - (alteração)** - Atendendo a que a empresa Águas do Ribatejo alterou os escalões relativos ao abastecimento de água para o ano 2010, e de forma a manter o essencial dos valores já aprovados em Reunião de Câmara, proponho esta nova tabela para os RSU's.-----

<b>Tarifa de consumo</b>	<b>€ / escalão</b>
<b>Domésticos</b>	
1º escalão (0 a 5 m <sup>3</sup> )	1,75
2º escalão (6 a 15 m <sup>3</sup> )	3,95
3º escalão (16 a 25 m <sup>3</sup> )	6,95
4º escalão (> 26 m <sup>3</sup> )	9,95
<b>Não domésticos</b>	
<b>Comerciais e Industriais, garagens, instalações agrícolas e outras</b>	
1º escalão (0 a 150 m <sup>3</sup> )	8,80
2º escalão (> 150 m <sup>3</sup> )	14,85
<b>Estado e outras pessoas colectivas de direito publico</b>	
Escalão único	6,95
<b>Autarquias</b>	
Escalão único	6,95
<b>Instituições e Agremiações privadas de beneficência, culturais, desportivas e outras de interesse publico</b>	
Escalão único	3,95
<b>Consumos Temporários</b>	
Escalão único	14,85

-----Posta à votação a alteração proposta, foi a mesma aprovada com 5 votos a favor da Bancada do PS, a Abstenção CDU e o Voto Contra e de Vencido do MICA, para a qual o Senhor Vereador Francisco Maurício leu a declaração de voto abaixo transcrita: -

-----"Em consonância com a tomada de posição anterior, volto a votar contra e a fazer voto de vencido, até porque, agora, o aumento global é de trinta e sete virgula cinco por cento, mais dez por cento do que o actualizado anteriormente, sem contabilizar os Consumos Temporários que passam a existir e que vão ser taxados com catorze euros e oitenta e cinco cêntimos".--

-----  
-----ACÇÃO SOCIAL - O Senhor Presidente apresentou as situações que abaixo se transcreve. As mesmas foram devidamente contextualizadas pelo Gabinete Social e mereceram as seguintes deliberações:-----

-----Pedido de apoio para melhoria das condições habitacionais de Ana Cristina Fitas, que foi realojada numa casa propriedade da Autarquia, e esta apresenta uma total degradação provocada pelos anteriores inquilinos. As janelas e portas estão completamente partidas, a casa de banho com as louças e azulejos em muito mau estado, a parte eléctrica completamente danificada.

-----É apresentado orçamento para compra de tinta para pintura da habitação no valor de cento e vinte euros e vinte e dois cêntimos mais IVA.-----

-----A Câmara deliberou comprar as tintas pelo valor apresentado para os moradores procederem à pintura da habitação, arranjar os estores, pôr portas novas e arranjar a parte eléctrica.-----

-----Deonilde Maria Ferreira residente nas Fazendas de Almeirim, solicita apoio para melhoria do telhado. Está anexo à informação orçamento de chapas no valor de € oitocentos e cinco euros e sessenta cêntimos.-----

-----A Câmara deliberou apoiar.-----

-----Fernanda Maria Coimbra, residente em Almeirim, solicita pagamento de duas facturas de gás, no valor total de cento e vinte e três euros e setenta cêntimos. -----

-----A Câmara deliberou pagar o valor indicado à Tagusgás.-----

-----Carla Correia, residente em Cortiçóis. Solicita material para arranjo do chão.-----

-----A Câmara deliberou apoiar em material para o chão.-----

-----Vítor Figueiredo Saraiva residente em Almeirim. Solicita apoio para compra de óculos. Apresenta factura de Multiópticas no valor de trezentos e cinquenta e cinco euros e cinquenta cêntimos.-----

-----A Câmara deliberou custear os óculos pelo valor indicado.--  
-----

-----ACTAS - Tendo sido previamente distribuída por todos os Autarcas, a Câmara deliberou por unanimidade aprovar a acta de sete de Dezembro de dois mil e nove.-----

-----O Sr. Presidente declarou que, relativamente à acta aprovada, aprova as deliberações formais no que concerne à eficácia dos actos e vota contra tudo o resto que está escrito e não é essencial às deliberações, nos termos do nº. 1 do Artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, que leu:-----

-----"De cada reunião ou sessão é lavrada acta, que contém um resumo do que de essencial nela se tiver passado, indicando, designadamente, a data e o local da reunião, os membros presentes e ausentes, os assuntos apreciados, as decisões e deliberações tomadas e a forma e o resultado das respectivas votações e, bem assim, o facto de a acta ter sido lida e aprovada."-----

-----Foi distribuída por todos os Autarcas a acta de quatro de Janeiro corrente, para posterior consideração.-----

-----SENHAS DE PRESENÇA - Foram comunicadas à Repartição de Recursos Humanos da Autarquia, as presenças dos Senhores Vereadores na presente reunião de Câmara, para pagamento das senhas de presença.-----

-----Às dezassete horas e vinte minutos foi encerrada a reunião.-----

-----E eu, \_\_\_\_\_,  
Assistente Administra desta Autarquia, elaborei a presente acta, que lavrei e subscrevi a qual vou assinar com o Senhor Presidente.-----

O Presidente da Câmara

A Assistente Administrativa



---

---